



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACAJU

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Concurso Público

Aplicação: 27/1/2008

PROCURADOR DO MUNICÍPIO

Prova Discursiva – Parte I

MANHÃ

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 Ao receber este caderno, confira se ele contém a prova discursiva (P₁) — Parte I: uma peça e duas questões e espaço para rascunho.
- 2 Os espaços para rascunho são de uso opcional, não constarão, portanto, para efeito de avaliação.
- 3 Caso o caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis.
- 4 Não utilize lápis, lapiseira (grafite), borracha e (ou) qualquer material de consulta que não seja fornecido pelo CESPE/UnB.
- 5 Não serão distribuídas folhas suplementares para rascunho nem para textos definitivos.
- 6 Não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização do chefe de sala.
- 7 Será permitida apenas a consulta à legislação não-comentada, não-annotada e não-comparada, impressos da Internet (somente atualizações de códigos e leis), códigos, leis de introdução dos códigos, exposição de motivos, instruções normativas, regimento interno, simples remissão a artigos, simples utilização de marca-texto ou traço ou índice e (ou) índice remissivo, vedado o exame de súmulas.
- 8 A duração da prova é de **três horas e trinta minutos**, já incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer da prova — e à transcrição dos textos definitivos para o caderno de textos definitivos da prova discursiva — Parte I.
- 9 Você deverá permanecer obrigatoriamente em sala por, no mínimo, **uma hora** após o início da prova e poderá levar este caderno de prova somente no decurso dos últimos **quinze minutos** anteriores ao horário determinado para o término da prova.
- 10 Ao terminar a prova, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe o seu caderno de textos definitivos e deixe o local de prova.
- 11 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes no presente caderno ou no caderno de textos definitivos.

AGENDA (datas prováveis)

- I **29/1/2008**, após as 19 h (horário de Brasília) – Gabaritos oficiais preliminares da prova objetiva: Internet — www.cespe.unb.br/concursos/prefaracaju_procurador2007.
- II **30 e 31/1/2008** – Recursos (prova objetiva): exclusivamente no Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso, Internet, mediante instruções e formulários que estarão disponíveis nesse sistema.
- III **26/2/2008** – Resultados final da prova objetiva e provisório da prova discursiva: Diário Oficial do Município de Aracaju e Internet.
- IV **27 e 28/2/2008** – Recursos (prova discursiva): exclusivamente no Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso, Internet, mediante instruções e formulários que estarão disponíveis nesse sistema.
- V **18/3/2008** – Resultado final da prova discursiva e convocação para avaliação de títulos: Diário Oficial do Município de Aracaju e Internet.

OBSERVAÇÕES

- Não serão objeto de conhecimento recursos em desacordo com o item 13 do Edital n.º 1 – SEMAD/PROCURADOR, de 28/11/2007.
- Informações adicionais: telefone 0(XX) 61 3448-0100; Internet — www.cespe.unb.br/concursos/prefaracaju_procurador2007.
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

PROVA DISCURSIVA — PARTE I

- Nesta parte da prova discursiva, que vale **dez** pontos — **seis** pontos para a peça e **dois** pontos para cada questão —, faça o que se pede, usando os espaços para rascunho indicados no presente caderno. Em seguida, transcreva os textos para as respectivas folhas do **CADERNO DE TEXTOS DEFINITIVOS DA PROVA DISCURSIVA — PARTE I**, nos locais apropriados, pois **não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos**.
- Respeite os limites de **noventa** linhas para a peça e de **trinta** linhas para cada questão. Qualquer fragmento além desses limites será desconsiderado. Será desconsiderado também o texto que não for escrito na(s) **folha(s) de texto definitivo correspondente(s)**.
- **ATENÇÃO!** No **caderno de textos definitivos**, identifique-se apenas na capa, pois **não será avaliado** texto que tenha qualquer assinatura ou marca identificadora fora do local apropriado. Caso os textos exijam identificação, utilize apenas o nome **Procurador Municipal**. Ao texto que contenha outra forma de identificação será atribuída nota zero, correspondente a identificação do candidato em local indevido.

PEÇA

Pedro, brasileiro, viúvo, aposentado, atualmente com 65 anos de idade, patrocinado pela Defensoria Pública do Estado do Paraná, ajuizou ação cominatória, com pedido de antecipação de tutela, contra o município de Curitiba, pleiteando a condenação do réu na obrigação de fazer consistente na realização de exame denominado ressonância magnética do crânio e órbita na rede pública ou que o poder público arque com suas custas em hospital particular.

Narra o autor ser portador de grave doença em ambos os olhos, com atrofia bilateral dos nervos ópticos. Conforme relatório médico, a patologia foi diagnosticada há seis meses e, para que haja, entretanto, o efetivo tratamento da doença, necessária se faz a realização dos exames complementares acima descritos, sem os quais não poderá começar a tomar os medicamentos necessários ao tratamento da doença.

Aduz que o exame não está sendo realizado na rede hospitalar pública em razão de os aparelhos estarem com defeito, de maneira que não se pode dar seqüência ao complexo tratamento indicado ao caso do autor.

Acrescenta que não tem condições financeiras de arcar com o custo do exame em um hospital particular, que é de aproximadamente R\$ 1.500,00, valor muito elevado para o requerente, que possui como remuneração a aposentadoria previdenciária, no valor de um salário mínimo. Tece considerações acerca do direito à saúde garantido pela Constituição Federal. Requer, em antecipação da tutela, seja o réu obrigado a lhe viabilizar a realização do exame, uma vez que a sua visão encontra-se em iminente risco. Ao final, requer a procedência do pedido com a confirmação da tutela antecipada. À inicial, foram acostados os documentos que comprovam as alegações do autor.

O juiz concedeu antecipação de tutela e determinou ao município que realizasse os exames complementares de que necessita o autor na rede pública ou que arcasse com suas custas em instituição particular com urgência, em virtude de suas precárias condições de saúde e, concomitantemente, imputou multa diária de R\$ 1.500,00 por eventual descumprimento, sob pena de bloqueio da importância necessária ao mencionado tratamento.

Diante da decisão proferida pelo juiz na situação hipotética acima, redija, na condição de procurador do município em questão, o recurso que entender cabível, alegando toda matéria de direito material e processual pertinente, observando que a peça elaborada contenha todos os requisitos legais, **dispensando-se, entretanto, a produção do relatório bem como o emprego de linhas em branco para a separação das diversas partes da peça**.

RASCUNHO – PARTE I – PEÇA – 1/3

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

RASCUNHO – PARTE I – PEÇA – 2/3

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	

RASCUNHO – PARTE I – PEÇA – 3/3

61	
62	
63	
64	
65	
66	
67	
68	
69	
70	
71	
72	
73	
74	
75	
76	
77	
78	
79	
80	
81	
82	
83	
84	
85	
86	
87	
88	
89	
90	

QUESTÃO 1

Em 30/12/2000, ocorreu um acidente de trânsito envolvendo os veículos de Maria e Vitória, no qual comprovou-se que a culpa pelo acidente decorreu da imprudência de Maria. Vitória, além dos prejuízos materiais, sofreu graves lesões corporais, razão por que, em 10/8/2007, ajuizou ação de indenização contra Maria, pleiteando danos morais e materiais.

Diante da situação hipotética acima descrita, redija um texto dissertativo que trate, da forma mais completa possível — pontos de vista doutrinário, jurisprudencial e legal aplicáveis —, do prazo prescricional para o exercício da ação de indenização em apreço.

RASCUNHO – PARTE I – QUESTÃO 1

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 2

Redija um texto dissertativo acerca do incidente de uniformização de jurisprudência, abordando, necessariamente, os pressupostos para a instauração, a legitimidade ativa e a eficácia vinculativa da decisão.

RASCUNHO – PARTE I – QUESTÃO 2

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	